

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)



TRINDADE-PE

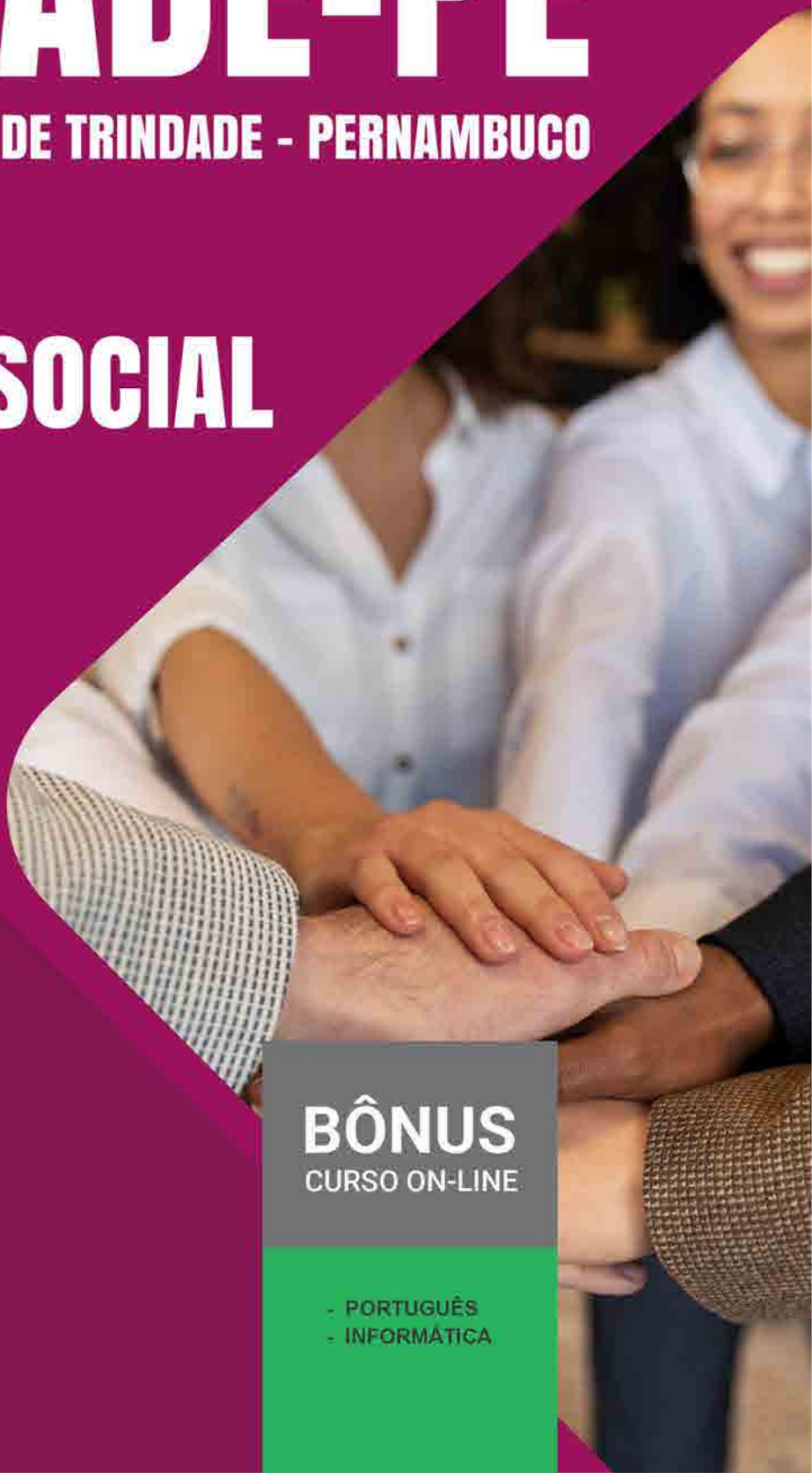
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

EDUCADOR SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Profissionais
- ▶ Gestão, Políticas Públicas e Direitos Sociais

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

EDUCADOR SOCIAL

EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)

CÓD: OP-059ST-26
7901204402412

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Acentuação gráfica.....	7
2. Análise e interpretação de textos	8
3. Coerência textual; Coesão textual	9
4. Concordância nominal; Concordância verbal	10
5. Emprego da crase	12
6. Ortografia oficial	13
7. Pontuação	14

Informática

1. Conceitos básicos de hardware e software; uso de periféricos (impressora, scanner, teclado e mouse)	23
2. Sistema operacional windows; uso de pastas e gerenciamento de arquivos; teclas de atalho	28
3. Aplicativos de edição de texto; formatação de documentos.....	33
4. Ferramentas de planilhas eletrônicas	46
5. Softwares de apresentação.....	61
6. Internet e navegação em navegadores	69
7. Correio eletrônico (e-mail).....	75
8. Armazenamento em nuvem	76
9. Noções de segurança da informação; vírus e malware; backup de dados.....	77

Conhecimentos Profissionais Educador Social

1. Planejamento e organização das atividades socioeducativas	85
2. Acolhimento e acompanhamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias	88
3. Realização de atividades educativas, culturais, recreativas e de convivência.....	92
4. Organização e condução de oficinas, dinâmicas, rodas de conversa e atividades em grupo	95
5. Orientação dos usuários sobre convivência, cidadania, respeito e participação social. Estímulo à autonomia, integração e participação dos usuários nas atividades.....	98
6. Acompanhamento da frequência e participação dos usuários nas atividades desenvolvidas. Identificação de situações de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos.	102
7. Comunicação à equipe responsável sobre situações identificadas durante o acompanhamento. Orientação dos usuários sobre serviços, programas e atividades disponíveis na comunidade.....	105
8. Encaminhamento dos usuários para serviços da rede de atendimento, quando necessário. Acompanhamento dos usuários após encaminhamentos realizados pela equipe	108

ÍNDICE

9. Desenvolvimento de atividades voltadas à prevenção de conflitos e fortalecimento da convivência. Apoio às ações de inclusão social e participação comunitária	111
10. Realização de atividades de apoio à permanência e participação de crianças e adolescentes na escola.	114
11. Registro das atividades, atendimentos, orientações e acompanhamentos realizados. Organização e atualização de cadastros e informações dos usuários	117
12. Elaboração de relatórios e documentos relacionados às atividades socioeducativas	120
13. Participação em reuniões, planejamentos e ações integradas com a equipe técnica	124
14. Trabalho integrado com profissionais da assistência social, educação, saúde e demais serviços da rede	127

Gestão, Políticas Públicas e Direitos Sociais

1. Conselho e direitos sociais	137
2. Criação e implementação de políticas públicas sociais.....	139
3. Direitos da criança e do adolescente	143
4. Direitos humanos e cidadania; Direitos sociais e assistência social	184
5. Gestão de serviços socioassistenciais	187
6. Inclusão social e combate à vulnerabilidade	189
7. Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	194
8. Legislação e direitos previdenciários	209
9. Proteção social básica e especial	236
10. Rede de serviços sociais e intersetorialidade.....	240
11. Planejamento e execução de programas sociais; Supervisão e acompanhamento de projetos sociais	246
12. Trabalho interdisciplinar com outras áreas.....	248
13. Vigilância social e prevenção de vulnerabilidades	250

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

- **Acento agudo:** indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto.

Ex.: área, relógio, pássaro.

- **Acento circunflexo:** empregado acima das vogais “a” e “o” para indicar sílaba tônica em vogal fechada.

Ex.: acadêmico, âncora, avô.

- **Acento grave/crase:** indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.

Ex.: “Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!

- **Til:** Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e nem sempre recai sobre a sílaba tônica.

Ex.: a palavra órfã tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acentoônico), e um til (ˆ), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra bênção.

- **Monossílabas Tônicas e Átonas:** mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia.

Ex.: observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração da preposição “de” + artigo “o”).

Ao comparar esses termos, percebermos que o primeiro soa mais forte que o segundo, ou seja, temos uma monossílaba tônica e uma átona, respectivamente. Diante de palavras monossílabas, a dica para identificar se é tônica (forte) ou fraca átona (fraca) é pronunciá-las em uma frase, como abaixo:

“Sinto grande dó ao vê-la sofrer.”

“Finalmente encontrei a chave do carro.”

► Recebem acento gráfico

As monossílabas tônicas terminadas em:

- a(s) → pá(s), má(s);
- e(s) → pé(s), vê(s);
- o(s) → só(s), pôs.

As monossílabas tônicas formados por ditongos abertos -éis, -éu, -ói.

Ex.: réis, véu, dói.

Não recebem acento gráfico:

- **As monossílabas tônicas:** par, nus, vez, tu, noz, quis.
- As formas verbais monossilábicas terminadas em “-ê”, nas quais a 3ª pessoa do plural termina em “-eem”.

Importante: Antes do novo acordo ortográfico, esses verbos eram acentuados.

Ex.: Ele lê → Eles ~~lêem~~ leem.

Exceção: o mesmo não ocorre com os verbos monossilábicos terminados em “-em”, já que a terceira pessoa termina em “-êm”. Nesses casos, a acentuação permanece acentuada.

Ex.: Ele tem → Eles têm; Ele vem → Eles vêm.

► Acentuação das palavras Oxítonas

As palavras cuja última sílaba é tônica devem ser acentuadas as oxítonas com sílaba tônica terminada em vogal tônica -a, -e e -o, sucedidas ou não por -s. *Ex.:* aliás, após, crachá, mocotó, pajé, vocês. Logo, não se acentuam as oxítonas terminadas em “-i” e “-u”.

Ex.: caqui, urubu.

► Acentuação das palavras Paroxítonas

São classificadas dessa forma as palavras cuja penúltima sílaba é tônica. De acordo com a regra geral, não se acentuam as palavras paroxítonas, a não ser nos casos específicos relacionados abaixo.

Observe as exceções:

- **Terminadas em -ei e -eis.** *Ex.:* amásseis, cantásseis, fizésseis, hóquei, jóquei, põnei, saudáveis.
- **Terminadas em -r, -l, -n, -x e -ps.** *Ex.:* bíceps, caráter, córtex, esfíncter, fórceps, fóssil, líquen, lúmen, réptil, tórax.
- **Terminadas em -i e -is.** *Ex.:* beribéri, bílis, biquíni, cáqui, cútis, grátis, júri, lápis, oásis, táxi.
- **Terminadas em -us.** *Ex.:* bônus, húmus, ônus, Vênus, vírus, tónus.
- **Terminadas em -om e -ons.** *Ex.:* elétrons, nêutrons, prótons.



AMOSTRA

▪ **Terminadas em -um e -uns.** *Ex.:* álbum, álbuns, fórum, fóruns, quórum, quóruns.

▪ **Terminadas em -ã e -ão.** *Ex.:* bênção, bênções, ímã, ímãs, órfã, órfãs, órgão, órgãos, sótão, sótãos.

► Acentuação das palavras Proparoxítonas

Classificam-se assim as palavras cuja antepenúltima sílaba é tônica, e todas recebem acento, sem exceções.

Ex.: ácaro, árvore, bárbaro, cálida, exército, fétido, lâmpada, líquido, médico, pássaro, tática, trânsito.

► Ditongos e Hiatos:

Acentuam-se:

▪ Oxítonas com sílaba tônica terminada em abertos “_éu”, “_éi” ou “_ói”, sucedidos ou não por “_s”.

Ex.: anéis, fiéis, herói, mausoléu, sóis, véus.

▪ As letras “_i” e “_u” quando forem a segunda vogal tônica de um hiato e estejam isoladas ou sucedidas por “_s” na sílaba.

Ex.: caí (ca-i), país (pa-ís), baú (ba-ú).

Não se acentuam:

▪ A letra “_i”, sempre que for sucedida por de “_nh”.

Ex.: moinho, rainha, bainha.

▪ As letras “_i” e o “_u” sempre que aparecerem repetidas.

Ex.: juuna, xiita. xiita.

▪ Hiatos compostos por “_ee” e “_oo”.

Ex.: creem, deem, leem, enjoo, magoo.

► O Novo Acordo Ortográfico

Confira as regras que levaram algumas palavras a perderem acentuação em razão do Acordo Ortográfico de 1990, que entrou em vigor em 2009:

Vogal tônica fechada -o de -oo em paroxítonas:

Ex.: enjão enjoo; magão magoo; perdão perdoos; vôo voo; zôo zoo.

Ditongos abertos -oi e -ei em palavras paroxítonas:

Ex.: alcalóide alcaloide; andróide androide; alcalóide alcaloide; assembléia assembleia; asteróide asteroide; européia europeia.

Vogais -i e -u precedidas de ditongo em paroxítonas:

Ex.: feiúra feiura; maoísta maoista; taoísmo taoismo.

Palavras paroxítonas cuja terminação é -em, e que possuem -e tônico em hiato:

Isso ocorre com a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo. Exemplos: deem; lêem leem; relêem releem; revêem.

▪ **Palavras com trema:** somente para palavras da língua portuguesa. Exemplos: bilíngüe bilíngue; enxágüe enxágue; linguíça linguíça.

▪ **Paroxítonas homógrafas:** são palavras que têm a mesma grafia, mas apresentam significados diferentes. Exemplo: o verbo PARAR: pára para. Antes do Acordo Ortográfico, a flexão do verbo “parar” era acentuada para que fosse diferenciada da preposição “para”.

Atualmente, nenhuma delas recebe acentuação, assim:

▪ **Antes:** Ela sempre pára para ver a banda passar. [verbo / preposição]

▪ **Hoje:** Ela sempre para para ver a banda passar. [verbo / preposição]

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.



AMOSTRA

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE; USO DE PERIFÉRICOS (IMPRESSORA, SCANNER, TECLADO E MOUSE)

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

► Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.



AMOSTRA

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

► **Principais grupos de hardware**

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

► **Componentes internos principais**

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

SOFTWARE: PROGRAMAS, SISTEMAS E APLICAÇÕES

Software é o conjunto de instruções, programas, dados e procedimentos lógicos que orientam o funcionamento de um sistema computacional. Enquanto o hardware corresponde aos componentes físicos, como processador, memória, teclado e unidades de armazenamento, o software determina quais operações esses componentes devem executar.

Hardware e software são interdependentes. Um computador fisicamente funcional não realiza tarefas úteis sem programas, e um software somente pode ser executado quando existe infraestrutura de hardware compatível.

Programa, aplicativo e sistema

Programa é uma sequência organizada de instruções criada para executar determinada tarefa. Aplicativo é um software voltado diretamente às necessidades do usuário, como um editor de textos ou navegador. Sistema é um conceito mais amplo e pode reunir vários programas, módulos, dados, usuários e processos relacionados.

Um software pode ser simples, como uma calculadora, ou extremamente complexo, como um sistema operacional, um ERP ou uma plataforma bancária.

► **Código-fonte e código executável**

Código-fonte é a representação do programa escrita em linguagem de programação compreensível por desenvolvedores. Para que seja executado pelo computador, esse código precisa ser traduzido ou processado de alguma maneira.

Em linguagens compiladas, um compilador transforma o código-fonte em código executável ou intermediário antes da execução. Em linguagens interpretadas, um interpretador processa as instruções durante a execução. Existem também modelos híbridos, nos quais o código é convertido para uma representação intermediária posteriormente executada por uma máquina virtual.

► **Classificação dos softwares**

A classificação depende da finalidade desempenhada. Entre as categorias mais importantes estão:

- **Software de sistema:** administra recursos do computador e fornece ambiente para outros programas.
- **Software aplicativo:** realiza tarefas diretamente relacionadas às necessidades do usuário.
- **Software utilitário:** executa atividades auxiliares de manutenção, proteção ou organização.
- **Software de programação:** fornece ferramentas para desenvolvimento de outros programas.
- **Driver:** permite que o sistema operacional se comunique adequadamente com determinado dispositivo.
- **Middleware:** atua como camada intermediária facilitando a comunicação entre aplicações ou serviços.
- **Software embarcado:** integra-se a equipamentos cuja função principal não é necessariamente a computação de uso geral.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DO PLANEJAMENTO NA AÇÃO SOCIOEDUCATIVA

► O planejamento como processo técnico e político

Dimensão técnica do planejamento

Planejar uma atividade socioeducativa exige a organização deliberada de objetivos, metodologias, tempos e recursos, de modo que a ação a ser desenvolvida não dependa da improvisação do momento. Essa dimensão técnica envolve escolhas concretas: qual conteúdo será trabalhado, quais materiais serão utilizados, quanto tempo cada etapa demandará e de que forma os resultados serão observados. Um planejamento tecnicamente consistente antecipa dificuldades previsíveis, como a falta de determinado material ou a inadequação de um espaço, e prepara alternativas viáveis. Ele também estabelece uma sequência lógica entre as ações, evitando sobreposições ou lacunas que comprometam a experiência dos usuários. Ainda que a técnica não esgote o sentido do planejamento, ela garante a viabilidade prática das propostas, permitindo que a intenção pedagógica se converta em ação organizada, com começo, desenvolvimento e fechamento claramente delineados, e com espaço reservado para imprevistos que sempre surgem no cotidiano institucional.

Dimensão política e intencionalidade das ações

Para além da organização prática, todo planejamento socioeducativo carrega uma intencionalidade que reflete valores e escolhas sobre o tipo de convivência e de formação que se deseja promover. Ao planejar, o profissional decide, ainda que implicitamente, que temas serão priorizados, que vozes serão ouvidas e que formas de participação serão estimuladas entre crianças, adolescentes, jovens, adultos ou famílias atendidos. Essa dimensão política do planejamento está associada ao compromisso com a garantia de direitos e com a construção de vínculos que respeitem a autonomia e a singularidade de cada usuário. Um planejamento que ignora o contexto social, cultural e econômico do território atendido tende a reproduzir modelos genéricos, pouco eficazes diante das necessidades reais da comunidade. Por isso, planejar é também um exercício de escuta e de leitura crítica da realidade, que orienta a ação técnica para finalidades claramente comprometidas com a inclusão e o fortalecimento de vínculos comunitários.

► Princípios que orientam a construção do planejamento

Adequação ao público e ao contexto

Todo planejamento socioeducativo deve considerar as características etárias, cognitivas, culturais e sociais do grupo atendido, evitando propostas padronizadas que desconsiderem as diferenças entre crianças pequenas, adolescentes, jovens ou adultos. A adequação ao público também envolve reconhecer particularidades territoriais, como a disponibilidade de espaços comunitários, a rotina das famílias e as demandas específicas de determinada localidade. Alguns princípios auxiliam essa adequação de forma prática:

- Observância das características do desenvolvimento humano em cada faixa etária atendida.
- Consideração da diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero presente no grupo.
- Valorização dos saberes prévios e das experiências trazidas pelos próprios usuários.
- Atenção às condições concretas de acesso, como distância, horários e mobilidade das famílias.

A observância desses princípios evita que o planejamento se torne um documento genérico, deslocado da realidade vivida pelos usuários, e fortalece a legitimidade das propostas junto à comunidade atendida.

Continuidade e flexibilidade do planejamento

O planejamento socioeducativo não é um documento fechado, elaborado uma única vez e aplicado de forma rígida ao longo do tempo. Ele precisa ser compreendido como um processo contínuo, revisado periodicamente à luz dos resultados observados e das mudanças que ocorrem no contexto institucional e comunitário. A flexibilidade não significa ausência de organização, mas sim a capacidade de ajustar metodologias, tempos e recursos sem perder de vista os objetivos centrais da ação. Situações como a chegada de novos usuários, a alteração no número de participantes ou a ocorrência de eventos inesperados no território exigem que o planejamento seja revisitado com regularidade. Essa continuidade permite que o trabalho socioeducativo amadureça ao longo do tempo, incorporando aprendizados de experiências anteriores e evitando a repetição de propostas que já se mostraram pouco eficazes para aquele grupo específico.

ETAPAS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

► Diagnóstico e leitura da realidade

Fontes e instrumentos de diagnóstico

A primeira etapa de todo planejamento consistente é o diagnóstico, isto é, o levantamento organizado de informações sobre o público, o território e os recursos disponíveis. Esse



AMOSTRA

diagnóstico pode ser construído a partir de diferentes fontes, como observações diretas do cotidiano institucional, conversas informais com usuários e familiares, registros de atendimentos anteriores e dados socioeconômicos do território de abrangência do serviço. A combinação dessas fontes permite construir um retrato mais fiel da realidade, evitando decisões baseadas apenas em suposições ou em experiências isoladas. Instrumentos como fichas de cadastro, relatórios de frequência e registros de observação também contribuem para sistematizar essas informações, tornando o diagnóstico um documento vivo, atualizado sempre que novos dados relevantes surgem. Um diagnóstico bem construído orienta escolhas metodológicas coerentes com as necessidades reais do grupo, reduzindo o risco de propostas desconectadas da vivência cotidiana dos usuários atendidos pelo serviço.

Identificação de vulnerabilidades e potencialidades

O diagnóstico não deve se limitar ao levantamento de carências e riscos sociais, ainda que essa identificação seja essencial para priorizar ações de proteção. É igualmente importante reconhecer as potencialidades presentes no grupo e no território, como habilidades individuais dos usuários, redes de apoio familiar e comunitário, equipamentos públicos disponíveis e experiências culturais locais que possam ser incorporadas às atividades. Essa leitura ampliada evita uma visão exclusivamente centrada em déficits, que tende a reforçar estigmas sobre a população atendida. Ao equilibrar a identificação de vulnerabilidades com o reconhecimento de potencialidades, o planejamento se torna mais realista e também mais potente, pois passa a valorizar recursos já existentes na comunidade, como lideranças locais, espaços culturais ou tradições que podem enriquecer as propostas socioeducativas, fortalecendo o sentimento de pertencimento dos usuários ao processo.

► Definição de objetivos, metodologias e formas de registro

Objetivos gerais e específicos

Com base no diagnóstico, o planejamento avança para a definição de objetivos claros, organizados em níveis gerais e específicos. O objetivo geral expressa a finalidade mais ampla da ação, relacionada ao fortalecimento de vínculos, à promoção da convivência ou ao apoio ao desenvolvimento integral dos usuários. Os objetivos específicos, por sua vez, detalham resultados observáveis e alcançáveis dentro de um período determinado, como ampliar a participação de adolescentes em atividades coletivas ou fortalecer a comunicação entre famílias e equipe técnica. Essa distinção entre níveis de objetivo evita planejamentos vagos, difíceis de avaliar posteriormente, e oferece parâmetros concretos para verificar se as ações desenvolvidas estão, de fato, contribuindo para os propósitos definidos inicialmente.

Escolha metodológica e alinhamento institucional

Definidos os objetivos, cabe selecionar metodologias compatíveis com o público, os recursos disponíveis e as diretrizes da instituição responsável pelo serviço. A escolha metodológica considera se a atividade será desenvolvida em grupo ou individualmente, se privilegiará linguagens lúdicas, expressivas ou dialógicas, e de que forma os usuários participarão ativamente da construção da proposta. Esse alinhamento também deve observar diretrizes de políticas públicas relacionadas à assistência social e à proteção de crianças e adolescentes, garantindo coerência entre a atividade planejada e os princípios institucionais vigentes.

O quadro abaixo compara diferentes periodicidades de planejamento utilizadas no cotidiano socioeducativo, destacando sua finalidade e o nível de detalhamento esperado em cada caso.

Tipo de planejamento	Finalidade principal	Nível de detalhamento	Exemplo de uso
Planejamento diário	Organizar a rotina imediata de atividades	Alto, com horários definidos	Sequência de uma oficina em um único encontro
Planejamento semanal	Distribuir temas e atividades ao longo dos dias	Médio, por eixo temático	Cronograma de rodas de conversa da semana
Planejamento mensal	Definir metas e eixos temáticos amplos	Baixo a médio, por objetivos	Calendário de temas comemorativos e projetos
Planejamento de atividade pontual	Estruturar uma ação específica e não recorrente	Alto, detalhado etapa a etapa	Organização de um passeio ou evento comunitário

Como mostra o quadro, planejamentos de curto prazo tendem a exigir maior detalhamento operacional, enquanto planejamentos de médio prazo funcionam como referência estratégica, orientando decisões cotidianas sem engessar a atuação da equipe. A articulação entre esses diferentes níveis evita tanto a dispersão de esforços quanto a rigidez excessiva, permitindo que o educador social organize sua rotina com clareza, mantendo, ao mesmo tempo, a coerência entre ações imediatas e objetivos mais amplos definidos para o serviço.



GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS

CONSELHO E DIREITOS SOCIAIS

NATUREZA JURÍDICA E FUNDAMENTOS DO CONSELHO TUTELAR

► Fundamento Constitucional e a Doutrina da Proteção Integral

A criação do Conselho Tutelar decorre diretamente da adoção, pelo ordenamento brasileiro, da doutrina da proteção integral, segundo a qual crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, e não como objetos de tutela discricionária do Estado ou da família. Essa mudança de paradigma rompe com a lógica anterior, de caráter assistencialista e correccional, e impõe à sociedade, à família e ao poder público o dever conjunto de assegurar, com absoluta prioridade, o exercício dos direitos fundamentais dessa população. A absoluta prioridade não é uma expressão retórica, mas um comando normativo que determina precedência no atendimento em serviços públicos, na destinação de recursos orçamentários, na formulação de políticas sociais e na preferência na formulação e execução de programas voltados à infância e à adolescência. O Conselho Tutelar surge como instrumento concreto de operacionalização desse mandamento, funcionando como órgão de execução da política de proteção em nível municipal, dotado de competência para intervir de forma célere sempre que direitos dessa população estejam ameaçados ou violados.

► Natureza Não Jurisdicional e Autonomia Funcional

O Conselho Tutelar caracteriza-se como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, o que significa que suas decisões não possuem natureza de sentença judicial, não fazem coisa julgada e podem ser revistas pela autoridade judiciária competente quando provocada pelos interessados ou pelo Ministério Público. Essa característica não diminui sua relevância institucional, pois o órgão atua com poder de decisão administrativa vinculante no âmbito de sua competência, podendo determinar a aplicação de medidas de proteção sem necessidade de prévia manifestação judicial. A autonomia funcional do Conselho Tutelar significa que ele não se subordina hierarquicamente ao Poder Judiciário, ao Ministério Público ou ao Poder Executivo municipal, ainda que dependa financeiramente da estrutura orçamentária do município para seu funcionamento. Essa independência decisória é essencial para que o órgão possa atuar com celeridade diante de situações de risco, sem os entraves procedimentais próprios do processo judicial.

Relação Institucional com o Poder Judiciário e o Ministério Público

Embora não integre a estrutura do Judiciário, o Conselho Tutelar mantém relação de complementaridade com a autoridade judiciária e com o Ministério Público. Compete à autoridade judiciária apreciar recursos contra decisões do Conselho Tutelar quando questionadas por qualquer interessado, bem como decidir sobre matérias que a legislação reserva expressamente à jurisdição, como a destituição do poder familiar, a colocação em família substituta e a apuração de ato infracional. O Ministério Público, por sua vez, exerce função de controle externo da atividade do Conselho Tutelar, podendo requisitar informações, expedir notificações e promover as medidas judiciais necessárias quando constatada omissão ou ilegalidade na atuação conselheira. Essa tríade institucional, formada pelo Conselho Tutelar, pela autoridade judiciária e pelo Ministério Público, compõe um sistema de checagem recíproca que busca equilibrar agilidade administrativa com garantias de legalidade e correção das decisões que afetam a vida de crianças e adolescentes.

COMPOSIÇÃO, PROCESSO DE ESCOLHA E ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

► Processo de Escolha dos Membros e Legitimidade Democrática

Os membros do Conselho Tutelar são escolhidos por meio de processo eletivo, realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público, com data unificada em todo o território nacional. A escolha mediante sufrágio direto da população local confere legitimidade democrática ao exercício da função, diferenciando o Conselho Tutelar de órgãos cujos integrantes são nomeados por critérios exclusivamente técnicos ou políticos. Essa modalidade de investidura reforça o vínculo do conselheiro com a comunidade que o elegeu e com a realidade social do território onde atuará, elemento relevante para a efetividade das intervenções, que exigem conhecimento aprofundado das dinâmicas familiares e comunitárias locais. O mandato dos conselheiros tem duração determinada, sendo permitida recondução mediante novo processo eletivo, o que garante renovação periódica e, ao mesmo tempo, possibilidade de continuidade para membros que demonstrem desempenho adequado.

► Requisitos de Investidura e Regime de Impedimentos

A candidatura à função de conselheiro tutelar exige o preenchimento de requisitos mínimos relacionados à idoneidade moral, à idade mínima, à residência no município e ao reconhecimento de conduta compatível com a natureza sensível das atribuições exercidas. Além desses requisitos de ingresso, a legislação estabelece impedimentos aplicáveis durante o exercício do mandato, destinados a preservar a imparcialidade e evitar conflitos de interesse entre membros de uma mesma família ou



AMOSTRA

entre conselheiros e autoridades locais com poder de influência sobre o órgão. Para melhor compreensão dos impedimentos mais relevantes ao exercício da função, observa-se a organização apresentada a seguir.

- Impedimento decorrente de parentesco entre conselheiros tutelares do mesmo órgão colegiado
- Impedimento decorrente de vínculo conjugal ou de parentesco com autoridades do Poder Executivo ou Judiciário local
- Impedimento decorrente de exercício simultâneo de cargo ou função incompatível com a disponibilidade exigida
- Impedimento decorrente de condenação que afete a idoneidade necessária ao exercício da função protetiva

Esses impedimentos não têm caráter punitivo, mas preventivo, e buscam assegurar que a atuação do colegiado permaneça isenta de influências pessoais ou políticas capazes de comprometer a proteção dos direitos submetidos à sua apreciação.

► Estrutura Administrativa e Suporte ao Exercício da Função

O funcionamento adequado do Conselho Tutelar depende de estrutura administrativa fornecida pelo município, incluindo espaço físico apropriado para atendimento, equipe de apoio técnico e administrativo, recursos materiais e orçamento específico previsto em lei municipal. A ausência ou insuficiência dessa estrutura compromete diretamente a capacidade do órgão de cumprir suas atribuições com a celeridade e a qualidade exigidas, uma vez que o atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade demanda condições adequadas de acolhimento, sigilo e continuidade. A definição da remuneração dos conselheiros, de sua carga horária e dos critérios para plantão em regime de disponibilidade constitui matéria de lei municipal específica, que deve observar o princípio da prioridade absoluta ao estruturar as condições de trabalho do colegiado.

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR E MEDIDAS DE PROTEÇÃO APLICÁVEIS

► Hipóteses de Atuação e Pressupostos para Intervenção

A atuação do Conselho Tutelar pressupõe a existência de situação em que os direitos da criança ou do adolescente sejam ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou em razão da conduta do próprio infante ou adolescente. Essa delimitação é essencial para compreender que o Conselho Tutelar não possui competência genérica sobre toda e qualquer questão envolvendo essa população, mas atua especificamente diante de quadros de risco que exijam intervenção protetiva. A identificação da hipótese de cabimento constitui etapa prévia indispensável à aplicação de qualquer medida, pois a ausência de fundamento fático adequado pode ensejar questionamento da legalidade da intervenção pela autoridade judiciária ou pelo Ministério Público.

► Medidas de Proteção e Critérios de Aplicação

Uma vez constatada a situação de risco, o Conselho Tutelar pode aplicar diretamente diversas medidas de proteção, que variam conforme a gravidade da situação e a necessidade de preservação dos vínculos familiares e comunitários sempre que possível. A escolha da medida deve observar critérios de adequação e proporcionalidade, privilegiando soluções que mantenham

a criança ou o adolescente em seu ambiente familiar de origem, reservando-se o acolhimento institucional ou familiar para situações em que essa manutenção seja incompatível com a proteção necessária. Para sistematizar a compreensão sobre as medidas mais frequentemente aplicadas e sua finalidade principal, apresenta-se a organização comparativa a seguir.

- Encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade, aplicável quando a situação de risco é reversível no próprio ambiente familiar
- Orientação, apoio e acompanhamento temporário à família, voltado ao fortalecimento de vínculos e à superação de vulnerabilidades identificadas
- Matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino, destinada a garantir o direito à educação quando constatada evasão ou negligência escolar
- Inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento a usuários de substâncias psicoativas, voltado à criança, ao adolescente ou aos responsáveis
- Acolhimento institucional ou inclusão em programa de acolhimento familiar, de natureza excepcional e provisória, aplicável quando inexistente alternativa que preserve a convivência familiar imediata

A natureza excepcional e provisória do acolhimento deve ser compreendida como diretriz interpretativa permanente, de modo que sua aplicação exige fundamentação que demonstre a inexistência de medida menos gravosa apta a proteger adequadamente a criança ou o adolescente naquele contexto específico.

► Requisição de Serviços e Poder de Fiscalização

Além da aplicação de medidas de proteção, o Conselho Tutelar detém competência para requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança, sendo essa requisição de atendimento obrigatório pelos órgãos competentes. Esse poder de requisição representa instrumento fundamental para superar a fragmentação das políticas públicas setoriais, permitindo que o Conselho Tutelar atue como articulador entre a família em situação de vulnerabilidade e a rede de proteção social disponível no território. O órgão também exerce função fiscalizatória sobre entidades de atendimento, podendo representar ao Ministério Público e à autoridade judiciária diante de irregularidades constatadas em programas de acolhimento ou em outros serviços destinados a essa população, contribuindo para a manutenção da qualidade e da legalidade da rede de atendimento.

CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUA ARTICULAÇÃO COM O CONSELHO TUTELAR

► Natureza Deliberativa e Composição Paritária dos Conselhos de Direitos

Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente existem nas esferas nacional, estadual, distrital e municipal, constituindo órgãos deliberativos e controladores das ações voltadas à formulação e execução da política de atendimento à infância e à adolescência em cada nível federativo. A composição desses conselhos observa a paridade entre representantes governamentais e representantes da sociedade civil organizada, refletindo o princípio da gestão democrática e participativa que





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

